

Inteligência Artificial e Direitos Autorais: aspectos regulatórios

IBDAAutoral

I N S T I T U T O
B R A S I L E I R O
D E D I R E I T O S
A U T O R A I S

Allan Rocha de Souza

allan.rocha@ibdautorial.org.br

Professor e pesquisador no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ), no curso de Direito no ITR/UFRRJ, e na especialização em PI da PUC-RJ. Academic Visitor at Oxford University (2017-2019). Presidente e Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direitos Autorais (IBDAutorial). Pesquisador do Global Copyright Expert Network. Doutor em Direito (UERJ). Advogado e consultor jurídico.

CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/5178459691896082>

DIREITOS AUTORAIS

O que é protegido

O que não é protegido

Ideias
Conceitos
Informações
Fatos
Métodos

Dados e
informações
(sobre a obra)

Voz
Imagem

Autoral

EXPRESSÃO

Criativa/original

- Humana
- Literária/Artística/Científica

Conexos

- Interpretação (atores e intérpretes)
- Execução Musical (músicos)
- Gravação (gravadoras = produtoras fonográficas)
- Transmissão (radiodifusores)

COMO É PROTEGIDO

EXCLUSIVIDADE (temporária e não absoluta) de **USO**

=> (controle do) **ACESSO**

OBJETIVOS	SITUAÇÃO	EFEITOS	SOLUÇÕES
Remuneração de Autores e Artistas	<p>-Não assegura proteção aos criadores enquanto trabalhadores culturais;</p> <p>-Apenas protege titulares e entidades de gestão coletiva, sem qualquer garantia a autores e artistas;</p> <p>- Não oferece proteção frente à substituição de seu trabalho promovida pela própria indústria cultural.</p>	<p>- Como no caso do digital (e.g. Spotify), impulsiona acordos entre grandes empresas de tecnologia e titulares de bancos de dados/catálogos (que ocorrerão no exterior entre transnacionais, sem a participação nacional);</p> <p>- Ao equiparar autores com titulares enfraquece a já frágil posição de negociação dos autores e artistas ao não garantir qualquer remuneração efetiva nem condições contratuais favoráveis e intransferíveis;</p> <p>- progressiva e recorrente frustração da classe artística nacional.</p>	<p>- assegurar que a remuneração seja estabelecida unicamente para autores e artistas, não sujeita às relações contratuais;</p> <p>- criar um dever de negociação, licenciamento não exclusivo pelo acesso aos catálogos e bancos de dados;</p> <p>- Garantir que a gestão coletiva atue em favor e remunere exclusivamente os autores e artistas (os titulares empresariais devem negociar diretamente com os interessados em usar seus catálogos e bancos de dados)</p>
Promoção da Pesquisa	<p>-Restringe a Mineração de Textos e Dados ao desenvolvimento de sistemas de IA;</p> <p>- Limita seu uso a instituições públicas e ao financiamento público (onerando as parcerias público-privada.)</p>	<p>-impacta negativamente o ecossistema regulatório da inovação, vedando as parcerias público-privado;</p> <p>-reduz as possibilidades de pesquisa contemporânea com grandes volumes de dados e análises computacionais;</p> <p>- contradiz o próprio espírito do PL de incentivar a pesquisa com e sobre IA.</p>	<p>-Instituir claramente um direito a pesquisa;</p> <p>-Eliminar a vedação de uso de TDM para pesquisas que não visem o desenvolvimento de IAs;</p> <p>-- garantir espaço para as parcerias publico privadas, vedando o compartilhamento privilegiado /exclusivo de dados/produtos ou o controle externo dos resultados.</p>
Incentivo à Inovação	<p>-Alcança toda e qualquer IA, independente se generativa ou não, e, quando generativa, se com ou sem efeito substitutivo (que concretamente impactam a produção e mercado cultural);</p> <p>- cria barreiras substanciais para todos, sem distinção entre pequenas e grandes empresas de tecnologia, entre nacionais e estrangeiras;</p>	<p>-Afeta o desenvolvimento e utilização de IAs em todos os setores e atividades (mesmo que em nada impactam as indústrias culturais), uma vez que toda e qualquer comunicação (dentro e entre empresas, com consumidores, com cidadãos, etc.) recorre a palavras, sons e imagens para ocorrer;</p> <p>- Aumenta substancialmente a barreira de entrada, favorecendo as empresas já estabelecidas e alto poder econômico, em prejuízo da inovação e desenvolvimento local (não hegemônico e não vinculado)</p>	<p>- Distinguir entre as diferentes IAs ;</p> <p>-Restringir o dever de remuneração às IAs generativas com efeito substitutivo;</p> <p>-Estabelecer um piso (faturamento e/ou usuários) para novas empresas (start-ups)</p>

Considerações finais

- (i) diferenciar autores e artistas de titulares empresariais, tanto enquanto sujeitos qualificados para o exercício dos direitos como destinatários privilegiados de eventual remuneração;
- (ii) destacar as atividades de pesquisa em geral das pesquisas centradas no desenvolvimento de sistemas de IA, principalmente com relação às condições de uso das técnicas de mineração de textos e dados, essencial para todas as pesquisas intensivas em dados;
- (iii) separar entre o desenvolvimento de sistemas de IA em geral e desenvolvimento de sistemas de IA generativa. Isso porque as especificidades de cada uma destas situações trazem à luz a necessidade de uma regulação própria, adequada às suas particularidades, sob risco de, ao tratarmos coisas diferentes da mesma forma, provocar injustiças, ampliar a resistência aos seus comandos e comprometer sua efetividade e os próprios objetivos da legislação;
- (iv) É essencial proteger contratualmente os autores e artistas frente a todos os contratantes (das empresas de tecnologia às empresas de cultura), reconhecendo-lhes a hipossuficiência negocial.

Obrigado!

allan.rocha@ibdautorial.org.br

www.ibdautorial.org.br

IBDAAutoral

www.onda.org.br



OBSERVATÓRIO NACIONAL
DE DIREITOS AUTORAIS